

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.190 - SP (2019/0171513-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CAP ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA**  
**ADVOGADOS : MARCELO ADALA HILAL E OUTRO(S) - SP106360**  
**BÁRBARA GOMES NAVAS - SP328846**  
**ISABELA TAMY HASHIMOTO - SP389212**  
**AGRAVADO : COELHO DA FONSECA PARTICIPACOES E INCORPORACOES**  
**LTDA**  
**ADVOGADO : GUSTAVO SURIAN BALESTRERO - SP207405**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por CAP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, interposto com fulcro nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, o qual visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 395, e-STJ):

Ação para exclusão de sócio com pedido de antecipação dos efeitos da tutela – Tutela que afastou a agravante da administração conjunta da sociedade – Alegado fato novo a justificar a revogação da tutela outrora concedida – Fato reclamado revelador da prática de atos necessários de gestão decorrentes do dever de administração – Ausência de requisitos para revogação da tutela (CPC, art. 296) – Decisão mantida – Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial (fls. 205/215, e-STJ), a ora agravante indica a ofensa aos arts. 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC/15, alegando que a Corte local se omitiu quanto às seguintes teses: i) "violação da cláusula 8.11, III, 'm' e 'r' do contrato social da Larissa, que tira da competência do administrador a assunção de qualquer obrigação cujo valor supere R\$30.000,00, exigindo que, nesses casos, haja não mera decisão administrativa, mas sim deliberação de sócias, com aprovação por 2/3 do capital social"; ii) "a mesma decisão que afastara a CAP da administração para atribuí-la com exclusividade à Coelho da Fonseca, rejeitara, por outro lado, o pedido de exclusão liminar da recorrente da sociedade, o que tornava imperativa a observância, pela Coelho da Fonseca, no exercício da administração da sociedade, de referida norma do contrato social"; iii) "a contratação em questão era desnecessária, visto que o processo para o qual foram contratados os serviços advocatícios já estava (e permanece) sob os cuidados de outro escritório de advocacia, e de que nem em 1º grau, nem em 2º grau, a Coelho da Fonseca se preocupou em demonstrar a efetiva prestação do serviço cê) que já remunerou pelo pagamento de R\$250.000,00 (mais de oito vezes o limite previsto pela cláusula 8.11. III, "m" e "r" do contrato social!)"

Contrarrazões às fls. 423/431, (e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se seguimento ao recurso especial ante inocorrência de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/15.

Nas razões do agravo (fls. 436/446 e-STJ), a parte, buscando destrancar o

processamento da insurgência, refutou o fundamento apontado.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da afronta aos 489, §1º, IV e 1.022, II, do CPC/15, alegando que o Tribunal *a quo* se omitiu sobre as seguintes teses: i) "violação da cláusula 8.11, III, 'm' e 'r' do contrato social da Larissa, que tira da competência do administrador a assunção de qualquer obrigação cujo valor supere R\$30.000,00, exigindo que, nesses casos, haja não mera decisão administrativa, mas sim deliberação de sócias, com aprovação por 2/3 do capital social"; ii) "a mesma decisão que afastara a CAP da administração para atribuí-la com exclusividade à Coelho da Fonseca, rejeitara, por outro lado, o pedido de exclusão liminar da recorrente da sociedade, o que tornava imperativa a observância, pela Coelho da Fonseca, no exercício da administração da sociedade, de referida norma do contrato social"; iii) "a contratação em questão era desnecessária, visto que o processo para o qual foram contratados os serviços advocatícios já estava (e permanece) sob os cuidados de outro escritório de advocacia, e de que nem em 1º grau, nem em 2º grau, a Coelho da Fonseca se preocupou em demonstrar a efetiva prestação do serviço cê) que já remunerou pelo pagamento de R\$250.000,00 (mais de oito vezes o limite previsto pela cláusula 8.11. III, 'm' e 'r' do contrato social!)".

A Corte de origem, ao julgar o agravo de instrumento interposto pela recorrente, adotou a seguinte fundamentação:

O recurso não prospera.

Os fatos e as razões expostas pela agravante, neste momento processual, não desautorizam os fundamentos em que está assentada a r. decisão recorrida. Até porque, pelo que se verifica na ação de origem, várias têm sido as tentativas da agravante de renovar a revisão da tutela de urgência outrora deferida e mantida, inclusive em sede de agravo de instrumento.

É certo que a tutela de urgência, por ser medida provisória, e, portanto, precária, poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

O artigo 296 do Código de Processo Civil permite ao julgador modificar ou revogar, a qualquer tempo, a tutela provisória anteriormente concedida, medida que se justifica mediante decisão fundamentada, nas situações em que sobrevir a modificação da situação de fato, objeto da lide, ou novo elemento probatório que implique a inexistência de algum dos requisitos necessários à concessão da tutela provisória.

O fato novo reclamado pela agravante em verdade se traduz em prática de atos de administração perpetrados pela agravada necessários à manutenção do empreendimento.

Não é demais lembrar que, como já observado na origem, eventuais desmandos e atos abusivos praticados pela agravada em razão de sua administração exclusiva ensejarão a correspondente responsabilização civil (fls. 1.082).

Assim, diante da ausência de provas em contrário ao que foi decidido, mantém-se a tutela que deferiu o afastamento da agravante da administração conjunta da sociedade.

Vê-se, pois, que a pretensão recursal não elide os fundamentos e a prudente solução insertas na r. decisão recorrida que, por isso, mantém-se por seus

próprios e jurídicos fundamentos.

Ante o exposto, NEGA-SE PROVIMENTO ao recurso.

Já em sede de embargos de declaração, consignou o seguinte:

A finalidade dos embargos de declaração é a de sanar omissão, contradição, obscuridade ou corrigir erro material existente no corpo do julgado.

A Turma Julgadora, ao apreciar as razões da insurgência, entendeu por bem, à luz dos fundamentos expressos no acórdão recorrido, negar provimento ao agravo de instrumento interposto.

Constou do acórdão recorrido que:

"O artigo 296 do Código de Processo Civil permite ao julgador modificar ou revogar, a qualquer tempo, a tutela provisória anteriormente concedida, medida que se justifica mediante decisão fundamentada, nas situações em que sobrevir a modificação da situação de fato, objeto da lide, ou novo elemento probatório que implique a inexistência de algum dos requisitos necessários à concessão da tutela provisória.

O fato novo reclamado pela agravante em verdade se traduz em prática de atos de administração perpetrados pela agravada necessários à manutenção do empreendimento.

Não é demais lembrar que, como já observado na origem, eventuais desmandos e atos abusivos praticados pela agravada em razão de sua administração exclusiva ensejarão a correspondente responsabilização civil (fls. 1.082).

Assim, diante da ausência de provas em contrário ao que foi decidido, mantém-se a tutela que deferiu o afastamento da agravante da administração conjunta da sociedade." (fls. 397/398).

Os argumentos expendidos pela embargante revelam a nítida intenção de contrariar a fundamentação inserta no acórdão recorrido e, por conseguinte, rediscutir questões já analisadas e decididas, tudo a atribuir aos embargos declaratórios defesos efeitos infringentes.

Nada mais inadequado!

Os embargos de declaração com efeito infringente, como regra, não são admissíveis no processo civil pátrio, como bem anotam Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa, Luís Guilherme A. Bondioli e João Francisco N. da Fonseca, a saber: "Os embargos de declaração não são palco para a parte simplesmente se insurgir contra o julgado e requerer sua alteração. Por isso, 'não se admite embargos de declaração com efeitos modificativos quando ausente qualquer dos requisitos do art. 535 do Código de Processo Civil' (STJ-Corte Especial, ED no Resp 437.380, Min. Menezes Direito, j. 20.4.05, não conheceram, v.u., DJU 23.5.05)" (Novo Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor, 4ª ed., Saraiva, 2016, nota art. 1.024:3, p. 954).

Desta forma, o acórdão recorrido não padece de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material, a revelar que os embargos de declaração não preenchem os pressupostos específicos de admissibilidade previstos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

Nada há a ser aclarado, integrado ou modificado.

Depreende-se dos autos que o Tribunal local manteve-se silente acerca das

questões abordadas tanto na apelação, como nos aclaratórios, teses relevantes ao deslinde da controvérsia, violando, assim, o art. 1.022 do CPC/15, autorizando o provimento do recurso especial por omissão.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO, PELO ACÓRDÃO DE ORIGEM, DO ART. 1.022, II, DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. FALECIMENTO DURANTE EXECUÇÃO DA BENESSE. DEFERIMENTO DE HABILITAÇÃO DO CÔNJUGE. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE OS ARTIGOS QUESTIONADOS. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS. NECESSIDADE. PROVIMENTO.

1. Existindo na petição recursal alegação de ofensa ao art. 1.022, II do CPC, a constatação de que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de Embargos Declaratórios, não se pronunciou sobre pontos essenciais ao deslinde da controvérsia autoriza o retorno dos autos à instância ordinária para novo julgamento dos aclaratórios opostos.

2. Nesse contexto, deve ser dado provimento ao Recurso Especial para determinar o retorno dos autos à Corte a quo para que se manifeste sobre a matéria articulada nos Embargos de Declaração, em face da relevância da omissão suscitada.

3. Recurso Especial provido determinando o retorno dos autos à Corte de origem, para novo julgamento dos Embargos de Declaração.

(REsp 1755542/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 16/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NCPC. OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Apenas as omissões acerca de questões relevantes ao julgamento da causa, as quais, se acolhidas, poderiam alterar o resultado do julgamento, ensejam o provimento do recurso especial por omissão.

2. Ocorrente omissão relevante para o deslinde da questão, consubstanciada, no caso, na superveniência da guarda compartilhada, de imposição a manifestação da Corte de origem sobre o tema. 3.

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1188722/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 23/08/2018)

Em sendo assim, reconhecida a afronta ao art. 1.022 do CPC/15, resta prejudicada a análise das demais alegações, ante a necessidade de retorno dos autos à origem para nova apreciação dos embargos de declaração.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a súmula 568/STJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de cassar o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinar ao Tribunal local que os reexamine, novamente, enfrentando as questões como entender de direito.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator